

Regionalidade e História: reflexões sobre a regionalização nos estudos historiográficos mineiros

Marcos Lobato Martins¹

Resumo: A comunicação tem por objetivo apresentar discussão teórico-metodológica sobre a questão da regionalização nos estudos historiográficos, tomando Minas Gerais como estudo de caso. Serão abordados aspectos relativos às dificuldades e cuidados que as regionalizações do espaço construído por sociedades do passado envolvem, bem como critérios que podem contribuir para a definição de escalas e recortes regionais que escapem dos anacronismos. Dessa forma, o trabalho tentará avaliar algumas propostas de regionalização empregadas no estudo de processos históricos nas Minas Gerais oitocentistas.

Palavras-chaves: Regionalidade – Historiografia – Minas Gerais

O objetivo deste trabalho é aventar análises e proposições sobre a questão da regionalização na historiografia mineira. O que se quer é passar em revista procedimentos influentes de regionalização, apontando suas contribuições e seus limites para a compreensão das dimensões regionais na trajetória mineira. E, também, sugerir alguns critérios para a produção de recortes regionais baseados em informações, representações e processos coevos à realidade investigada, enfatizando o Norte/Nordeste de Minas Gerais da virada do século XIX para o XX como breve estudo de caso.

1. As regiões artificiais: o predomínio do recorte político-administrativo

No decurso do século XIX e durante boa parte do século XX, sob a poderosa influência do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico do Brasil), os estudos de história regional consagraram-se sob a forma de corografias, monografias municipais e regionais, que misturavam história, tradição e memória coletiva. Esses trabalhos tomavam como seu fundamento espaços bem recortados politicamente, que eram estudados em si mesmos. O relacionamento do “nacional” com o “regional” e o “local” era reduzido à descrição de impactos de grandes acontecimentos da história do país nos espaços sub-nacionais. A narrativa, a seleção e o encadeamento dos fatos, a referência recorrente a determinados tipos de personagens, tudo isso objetivava mostrar que a região é o resultado do

protagonismo de figuras extraordinárias. Muitas vezes, os corógrafos tenderam a considerar as regiões e seus povos como dotados de características definidas e perenes.

As corografias alcançaram padrão formal estereotipado. Traziam descrições fisiográficas das regiões, exposições da fauna e da flora, inventários dos recursos naturais. Em seguida, havia relatos das atividades econômicas; por último, os autores das corografias elaboravam efemérides e pequenas biografias de pessoas destacadas da história regional ou local.

As corografias tornaram naturais, por assim dizer, os recortes político-administrativos nas pesquisas históricas. Nem mesmo o pleno funcionamento de cursos de pós-graduação em História, a partir dos anos 1970, alterou profundamente a situação. É verdade que os pesquisadores ampliaram o trabalho com temas e acervos documentais regionais, preocupando-se com a construção de bancos de dados variados e com a “história ao microscópio”, conforme a conhecida expressão de Pierre Goubert². Todavia, mesmo Pierre Goubert escreveu que a história local é aquela “*que diz respeito a uma ou a algumas aldeias, pequenas ou médias cidades (...) ou a uma área geográfica não maior que a unidade provincial comum*” (*idem*, p. 45). O grande mestre francês ainda raciocinava em termos do *county* inglês, do *contado* italiano, da *land* alemã e do *pays* francês, isto é, divisões político-administrativas, em geral inadequadas para a apreensão das dinâmicas que produzem as multifacetadas realidades regionais.

Curiosamente, pesquisadores como Roberto Borges Martins³ e Douglas Cole Libby⁴ propuseram subdivisões do espaço mineiro oitocentista praticamente coincidentes com as regiões de planejamento empregadas pelo governo do estado nas décadas de 1980 e 1990 (Metalúrgica – Mantiqueira, Zona da Mata, Sul, Oeste, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, São Francisco – Montes Claros, Paracatu e Jequitinhonha – Mucuri – Doce).

2. As regiões dos viajantes: a atenção aos fluxos demográficos e comerciais

Em meados da década de 1990, veio a público o trabalho de Clotilde Andrade Paiva que examina a natureza da economia e da sociedade das Minas Gerais oitocentistas⁵. Lançando mão do Recenseamento de 1831/32 e das narrativas de viajantes estrangeiros, a pesquisadora se dedicou a examinar, entre outras questões, as configurações regionais mineiras.

Os critérios empregados para a definição das unidades regionais foram fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, conferindo maior peso aos dados econômicos percebidos pelos viajantes. Tomando por base a versão inglesa da carta de Minas Gerais, que acompanha o relato de viagem de Hastings (1886), a regionalização proposta por Clotilde Paiva tem as seguintes regiões, num total de dezoito: Diamantina, Intermediária de Pitangui – Tamanduá, Mineradora Central Oeste e Sudeste, Vale do Alto – Médio São Francisco, Araxá, Médio – Baixo Rio das Velhas, Mineradora Central Leste, Sudoeste, Sul Central e Mata, Extremo Noroeste, Sertão, Minas Novas, Paracatu, Triângulo, Sertão do Alto São Francisco e Sertão do Rio Doce.

A regionalização do espaço mineiro oitocentista proposta por Clotilde Paiva representa avanço importante na maneira como a questão é tratada no âmbito da historiografia mineira. Essa proposta pode ser um divisor de águas, na medida em que possui méritos notáveis. O primeiro deles é o de ater-se a um conjunto amplo de dados coevos, submetidos a cuidadoso tratamento que elimina o acidental e o idiossincrático. Outro mérito da proposta é valorizar apropriadamente os fatores demográficos, econômicos e comerciais, o que garante historicidade aos recortes regionais obtidos. As unidades espaciais tornam-se, por isso mesmo, mais aderentes ao desenho complexo da sociedade do passado que se investiga. Noutros termos, a tessitura regional da Província surge como algo dinâmico, resultante do cruzamento das dimensões espacial e temporal. O que significa dizer que as unidades regionais não se distinguem tanto por suas características naturais, mas por serem espaços socialmente construídos a partir da

materialização das relações sociais⁶. Salienta-se ainda que a regionalização proposta por Clotilde Paiva lida com unidades concebidas como abertas, porque atravessadas por fluxos populacionais e mercantis, realçados em sua dinamicidade.

Contudo, há limites na proposta em tela decorrentes tanto da natureza das fontes empregadas quanto das escolhas metodológicas feitas pela pesquisadora. Na construção da regionalização, foram desconsideradas diversas variáveis cujo impacto sobre a experiência vivida da sociedade mineira oitocentista não é desprezível. Variáveis cuja relevância na discussão teórica sobre regionalização tem sido ressaltada nas últimas décadas. Trata-se de levar às últimas conseqüências o rumo posto pelo pensamento geográfico, para o qual a região é espaço natural, político, técnico e cultural. Assim, redes de relações sociais e alguma forma de consciência de pertencimento (nos “nativos”) são indicadores da existência dinâmica de recortes espaciais. Ora, as redes relacionais e familiares, as redes clientelares e regionalismos políticos do Oitocentos mineiro certamente escaparam aos viajantes estrangeiros – e eles foram decisivos para a formação do espaço provincial. Por outro lado, porque, como ensinou a Geografia Humanista, a região é espaço vivido, não se pode desconsiderar a cultura dos habitantes⁷. Os aspectos simbólicos e identitários, o imaginário dos moradores e as percepções dos “nativos” são dados relevantes para a construção de regionalizações. O mesmo vale para os elementos fisiográficos que caracterizam as bases naturais sobre as quais ocorrem os processos históricos⁸. Tudo isso deve ser agregado aos dados econômicos, comerciais e demográficos utilizados na regionalização proposta por Clotilde Paiva.

3. Redes de cidades nos séculos XVIII e XIX?

Se a proposta acima mencionada é promissora e requer aperfeiçoamentos, não há muita coisa positiva a dizer sobre a voga recente de aplicar a Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, a golpes de machado, o conceito de rede de cidades com o fito de iluminar a

conformação espacial da Capitania e da Província. Tal ferramenta, específica da análise regional contemporânea, caiu no gosto de economistas e geógrafos que estudam o passado mineiro, tem gerado bom número de trabalhos apresentados em congressos e seminários recentes⁹.

Na Geografia, os estudos sobre redes urbanas ganharam grande visibilidade a partir das contribuições de Christaller, Losh e Brian Berry. O conceito de “rede de cidades” passou a focalizar a existência de conjuntos estruturados de cidades, nos quais existem relações econômicas constantes e significativas e aspectos funcionais, níveis de hierarquia e graus de influência entre as localidades.

Alguns geógrafos e economistas afirmam que a rede de cidades mineira estava concentrada, até o início do século XIX, na antiga área mineradora, sendo que os pólos urbanos principais desse período foram Ouro Preto e Serro. Entretanto, ao iniciar-se a segunda metade do Oitocentos, a polarização urbana moveu-se para o sul, em decorrência das mudanças econômicas associadas principalmente à expansão cafeeira. Os principais pólos tornaram-se, então, Juiz de Fora e Mar de Espanha. Apesar dessa alteração, o interior mineiro teria preservado a estrutura urbana da primeira metade do século XIX. Afirmam ainda que o comércio estruturava-se em conglomerados de localidades, como os dos grandes centros de Ouro Preto, São João del Rei e Diamantina e, de forma mais esparsa, nas regiões de menor densidade econômica-urbana, em pontos de entreposto como Januária.

Dessa forma, a simples existência de aglomerações de casario em pontos específicos do território, trilhas transitáveis por pessoas e muas e movimento de mercadorias, ainda que esporádico e miúdo, transforma-se na trama incontestável, e auto-evidente, de uma rede de cidades, que mutuamente se influenciam e se especializam funcionalmente. É o caso de se perguntar de que modo isso pode ter acontecido entre a freguesia de Rio Pardo, criada em 1760, quase na fronteira com a Bahia, e o Arraial do

Tijuco, lugares que integrariam a periférica rede de cidades do Vale do Jequitinhonha no século XVIII? Que diferenças econômicas e sociais, na divisão de trabalho e na especialização produtiva, poderiam ser indicadas entre Grão Mogol, Itacambira, Minas Novas e Chapada do Norte em meados do século XIX? As populações rurais vizinhas de “lugares urbanos” como Berilo, Salinas, Itinga e Jequitinhonha, recorriam continuamente a esses núcleos para abastecerem-se ou resolverem questões legais e administrativas? Enfim, que intensidade de vida urbana havia na maioria dos lugares que compunham essas pretensas redes? Quem freqüentava cidades e viajava longos percursos? Que camponês morador nas proximidades de Paracatu, no século XVIII, possuía consciência da mais alta hierarquia de Ouro Preto, Sabará e São João del Rei no âmbito das vilas mineiras setecentistas?

Curiosamente, na documentação cartorial de Diamantina (período 1870-1930), principalmente nos livros de registro de notas que contêm informações sobre estatutos, contratos e transações (compras/vendas) das grandes lojas e armazéns locais, não encontrei referências para o século XIX de intermediações comerciais, financiamentos de atividades econômicas e sociedades envolvendo homens de negócio do Serro, Ouro Preto e mesmo Juiz de Fora¹⁰. O que a documentação examinada revela é o contato direto dos grandes negociantes diamantinenses com o Rio de Janeiro, a existência de procuradores residentes na Corte a serviço dos assuntos comerciais e financeiros dos diamantinenses e de agentes no antigo Tijuco a serviço de firmas cariocas.

Os estudos centrados na idéia de “rede de cidades” sugerem que o espaço mineiro sempre foi palco de fluxos abrangentes, contínuos e significativos entre os núcleos urbanos, e que a vida mineira sempre se estruturou solidamente apoiada em “lugares urbanos” distribuídos numa hierarquia de dependência mercantil/financeira. Ora, a multiplicação de vilarejos no correr do século XIX em Minas Gerais parece não ter implicado o reforço de um processo urbano de produção social do espaço, e nem mesmo

a intensificação da própria vida urbana nesses núcleos. É o caso de recordar a célebre passagem escrita por Saint-Hilaire, em 1819, ao visitar Araxá:

Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos – as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da Província de Minas¹¹.

Além dos “lugares urbanos” terem sido muito acanhados, havia também as enormes dificuldades de transporte e comunicação entre eles. Nessas condições, como falar em rede de cidades? Por outro lado, a existência de fluxos comerciais inter-regionais, bem como de vinculações externas em certas áreas de Minas não significa que, para a ampla maioria da população, tanto abastecimento quanto oferta de serviços deixassem de ser resolvidos nas próprias localidades. Muito menos que a experiência vivida dos mineiros escapasse a um círculo espacial restrito, centrado na fazenda ou na pequena aglomeração urbana. Isso está mais próximo da conformação espacial integrada por “células” do que de um sistema de cidades extenso e complexo. Células que conservariam alto grau de autonomia econômica, social e cultural, que pouco saberiam do que se passava nas outras, quanto mais afastadas estivessem dos caminhos principais.

4. As regiões de paisagens naturais: as bacias hidrográficas entram em cena

Na década atual, estudos históricos inspirados na História Ambiental trouxeram novo aporte para a questão da regionalização na historiografia mineira. Trata-se do trabalho com regiões naturais, delimitadas com base em ecossistemas, em critérios caracterizadores de paisagens naturais tidas como bastante homogêneas.

A pesquisa de Ricardo Ferreira Ribeiro, publicada em 2006, que buscou construir uma história ambiental e uma etnoecologia do sertão mineiro, representa bem essa tendência¹². O pesquisador discute as descrições das paisagens do Brasil Central,

especialmente aquelas produzidas pelos naturalistas estrangeiros, para analisar o lugar do cerrado no imaginário brasileiro. Em seguida, examina a trajetória de formação do “sertão mineiro” e o universo do sertanejo, considerado herdeiro de tradições culturais milenares. Na investigação, lugares tão distintos, e distantes, como o Alto Jequitinhonha e o Triângulo Mineiro são esquadrihados para revelar o perfil do “sertão mineiro”, que o pesquisador assevera ser diferente dos sertões do Nordeste e do Centro-Oeste. Claramente, o cerrado é alçado à condição de categoria regionalizadora, que englobaria processos geohistóricos singularmente específicos. O “sertão mineiro” recobra, por isso mesmo, sua força mítica, tal como na literatura, ao preço de perder força explicativa: o Jequitinhonha e o Triângulo nunca tiveram processos de ocupação e desenvolvimento suficientemente similares para serem metidos dentro de um único recorte regional, ainda que baseado em critérios naturais. O problema está no fato de que um grande bioma, caso do cerrado, comporta espaços com múltiplas diferenciações internas. Paisagens naturais e paisagens culturais devem ser sobrepostas, senão existirá o risco de não se compreender a rica diversidade dos sertões. Na perspectiva histórica, pelo menos no decurso dos séculos XVIII e XIX, o Sertão da Farinha Podre (Araxá) guarda continuidade e similaridade com o interior goiano; porém, ele é muito distinto das áreas de cerrado nos rios das Velhas e Paraopeba, cujas vinculações políticas e econômicas com a região mineradora central sempre foram marcantes.

Para muitos propósitos de pesquisa histórica, tanto os recortes regionais baseados em ecossistemas quanto em bacias hidrográficas são excessivos, grosseiros, inadequados. A existência de especificidades internas às bacias hidrográficas, relacionadas às interações entre atributos naturais e dinâmicas histórico-culturais, implica grande diversidade de cenários para cuja compreensão é útil aplicar o conceito de “paisagem global”, proposto por Georges Bertrand¹³. O importante é que o tempo da natureza seja sobreposto ao tempo do homem, de maneira que a definição de recortes

espaciais deve ser feita partindo-se de relações dos elementos físicos entre si e desses com os elementos sócio-econômicos, tendo em vista os objetivos da pesquisa e a escala de estudo¹⁴.

Ademais, o uso de regionalizações baseadas em ecossistemas e bacias hidrográficas para estudar a espacialidade de processos históricos nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX carrega indisfarçável cheiro de anacronismo, uma vez que autoridades e habitantes dessas épocas não representavam por meio dessas categorias os diferenciados espaços mineiros.

Considerações finais

No âmbito da historiografia mineira, observa-se nos últimos anos avanço promissor na discussão sobre os conceitos e métodos de regionalização, que coloca a tendência irreversível de ultrapassagem do apego às divisões político-administrativas do espaço mineiro. Entre os estudiosos da história de Minas Gerais, aumenta a preocupação com a historicidade das formações espaciais, o que tem levado a pensar o espaço do passado em conexão estreita com as evidências coevas.

Ao construir regionalizações referentes ao passado mineiro, o pesquisador deve procurar compreender que, além dos laços exclusivamente materiais, representados pelas trocas comerciais e sistemas produtivos, havia outros tipos de elos tão ou mais importantes entre as populações e comunidades mineiras, cuja força desempenhava papel central na construção dos recortes regionais. Conjuntos de interações diversas – alianças políticas entre chefes locais, geografia dos poderes, tramas das manifestações culturais, percepções coletivas – sustentaram trocas e doações enoveladas, capazes de conformar regiões. Há também os atributos naturais e as expectativas sociais relacionadas, por exemplo, à reprodução ampliada dos negócios e vidas familiares, que possuem relevância no processo de regionalização, dependendo do objeto de estudo que o pesquisador tem em mãos.

Permanece o fato de que há diversos modos e amplitudes espaciais para elaborar regionalizações. Cabe ao historiador, diante de seu objeto específico de estudo, decidir-se criteriosamente sobre o caminho a seguir. O que se impõe é o conhecimento, a reconstrução e a interpretação de processos históricos (e suas manifestações espaciais) que possibilitem a melhor compreensão da evolução da sociedade e de sua intrínseca pluralidade.

- ¹ - Doutor em História Econômica pela USP. Professor das Faculdades Pedro Leopoldo, MG.
- ² - GOUBERT, Pierre. História local. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n. 6, jan./jun. 1992, p. 45-57.
- ³ - MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. Nashville: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutoramento)
- ⁴ - LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- ⁵ - PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH – USP, 1996. (Tese de doutoramento)
- ⁶ - É precisamente nessa direção que vai a discussão de Ilmar Rohloff de Mattos sobre o que constituía uma região no espaço colonial. Cf. MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- ⁷ - Ver FRÉMONT, Armand. *La región, espace vécu*. Paris: PUF, 1976.
- ⁸ - Uma breve e bem feita recapitulação do pensamento geográfico sobre o conceito de região pode ser encontrada em LENCIONI, Snadra. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ⁹ - A título de exemplo, citam-se: VELLOSO, André e MATOS, Ralfo. A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX. In: *Anais do VIII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1988. v. 1, p. 195-227. RODARTE, Mário Marcos Sampaio. *O caso das minas que não se esgotam: a pertinácia do antigo núcleo central minerador na expansão da malha urbana da Minas Gerais oitocentista*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1999. (Dissertação de mestrado). RODARTE, Mário Marcos Sampaio e GODOY, Marcelo Magalhães. Pródromos da formação do mercado interno brasileiro: um estudo de caso das relações entre capital mercantil, rede de cidades e desenvolvimento regional, Minas Gerais na década de 1830. In: *Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2006. RODARTE, Mário Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de Paula; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. In: *História Econômica & História de Empresas*. São Paulo: Hucitec/ABPHE, v. 7, n. 1, 2004, p. 7-45.
- ¹⁰ - MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. São Paulo: FFLCH-USP, 2004. (Tese de Doutoramento)
- ¹¹ - SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 130.
- ¹² - RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Florestas anãs do sertão – o cerrado na história de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Ver também *Sertão, lugar desertado. O cerrado na cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- ¹³ - BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. In: *Cadernos de Ciências da Terra*, n. 13, Instituto de Geografia da USP, 1971.
- ¹⁴ - Aplicação interessante dessa proposta para o estudo das paisagens e do problema hídrico no Vale do Jequitinhonha é FERREIRA, Vanderlei de Oliveira. *Paisagem, recursos hídricos e desenvolvimento econômico na Bacia do Rio Jequitinhonha, em Minas Gerais*. Belo Horizonte: IGC/UFMG, 2007. (Tese de Doutoramento)